



GT 32. Em busca do bem viver: maternidade e protagonismo político das mães entre povos tradicionais

Coordenador(es):

Ediviges Marta Ioris (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Mônica Thereza Soares Pechincha (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Apesar de fundamentais na organização social, na obtenção e preparo dos meios de sustento e bem viver da família, ou nos processos de mobilização e luta por reconhecimento e direitos entre os povos tradicionais, as “mães” constituem uma categoria pouco problematizada em termos de posição ou protagonismo político. Embora os avanços etnológicos na abordagem sobre maternidade, outrora recolhida à esfera do “doméstico” e seus ofícios, o papel político que as mães desempenham ainda é matéria inicial de pesquisa, apesar do registro cada vez maior de mulheres indígenas e quilombolas, e de outros setores do campesinato, destacando-se na luta por direitos e para assegurar condições de vida aos filhos/as, sobretudo na saúde e educação. Nelas, evidencia-se a condição de maternidade como propulsora de enfrentamentos em espaços públicos, além de modos de resistência cultural, nos quais os/as filhos/as representam possibilidades de reprodução de um modo particular de vida. Este GT objetiva uma reflexão sobre o papel político das “mães” na organização dos povos tradicionais e frente aos seus processos de luta por direitos e acesso a serviços e políticas públicas, e que permita, simultaneamente, problematizar o entendimento da noção de “mãe” junto a estes povos. Assim, serão bem-vindas contribuições que abordem processos nos quais “mães” indígenas, quilombolas, ou de outros pertencimentos étnicos, encontram-se mobilizadas em vários modos de luta para assegurar o bem viver de seus familiares.

Tomásia de Jesus Monteiro: uma etnografia sobre Memória, Dom e Autoridade no partejar

Autoria: Alik Nascimento de Araújo (SEDUC), ALENCAR, Edna Ferreira.

O presente artigo consiste em um estudo etnográfico acerca das relações de autoridade engendradas no campo do partejar na Comunidade Quilombola de Itacoã-Mirim, localizada no município paraense do Acará. A reflexão que norteou essa pesquisa voltou-se a perceber as dinâmicas na utilização da Memória ancestral da parteira Tomásia de Jesus Monteiro em meio às negociações de poder entre discípulas de seu ofício. O estudo contempla as narrativas de três gerações de parteiras que estabelecem diferentes de graus parentesco com Tomásia Monteiro, falecida em 24 de abril de 1972. Trata-se de vínculos de diferentes naturezas que contemplam desde as relações de consanguinidade até elos de compadrio. Nesse sentido, compreende-se a transfiguração da Memória de Tomásia Monteiro, de suas técnicas de work e na manifestação de seu Dom como Patrimônio imaterial constantemente utilizado no reconhecimento do papel social que cada parteira ocupa frente os moradores da comunidade de Itacoã-Mirim. Para tal fim, os relatos apreendidos foram analisados epistemologicamente a partir do campo da Etnografia, considerando suas possibilidades de estudo e limitações com base nas perspectivas de Strathern (2013), Clifford (1998) e Trajano Filho (1988). Na literatura antropológica acerca de parteiras amazônicas foi essencial para o desenvolvimento deste artigo as noções apresentadas Maués (1990, 1994), Motta-Maués (1978, 1993, 1998, 2008), Fleischer (2007, 2006), M. Silva (2004); Sigaud (1999), Pinto (2004), Farias (2013), S. Silva (2017), Nobre (2009), Cardoso & Nascimento (2019), Sousa (2018), Pereira (2016), Silveira (2010), T. Nascimento (2018). No que tange ao conceito de Memória, considerando tratar-se de mulheres de gerações distintas, levou-se em conta as nuances psicológicas de cada lembrança, tal como nos orienta Bosi (1979), a transfiguração da palavra para o campo do sagrado estabeleceu diálogo com as contribuições de Hampaté Bá (2010) e os cuidados técnicos no



momento da análise das narrativas foram vistas à partir do prisma metodológico apresentado por Queiroz (1987). Ao tratar acerca ao debate sobre Poder e Autoridade, utilizou-se por base as teses apresentadas por Marx Weber (1999). As concepções de Dom, por sua vez, foram refletidas à partir das análises apresentadas por Maués(1990), Mauss (2003), Sigaud (2010), Martins (2010), Godelier (2001) e Pinto (2004).



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: